

dos n.ºs 5, 11 e 12 do despacho n.º 22 618/2002, na redacção que lhe foi dada pelo despacho n.º 2244/2003.

16 de Dezembro de 2005. — Pelo Conselho de Administração, o Vice-Presidente, *Hélder Mota Filipe*.

Deliberação n.º 12/2006. — A firma Orion Corporation, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Diviseq, Comprimido a 2 mg + (10 mg + 2 mg) + 1 mg*, concedida em 24 de Janeiro de 2001, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 3466984 e 3467081, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 6 de Maio de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 13/2006. — A firma Baxter Médico-Farmacêutica, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Ixoten, Comprimido a 50 mg*, concedida em 3 de Outubro de 1977, consubstanciada na autorização com o registo n.º 8465104, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 22 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 14/2006. — A firma Companhia Portuguesa Higiene Pharma — Produtos Farmacêuticos, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Gerilide, Supositório a 200 mg*, concedida em 25 de Março de 2001, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3539590, e *Reupax, Supositório a 100 mg*, concedida em 14 de Junho de 1985, consubstanciada na autorização com o registo n.º 9618520, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 25 de Outubro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 15/2006. — A firma Baxter Médico-Farmacêutica, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Immunate, Pó e Solvente para Solução Injectável, 250 UI/5 ml*, concedida em 12 de Junho de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3221082, *Immunate, Pó e Solvente para Solução Injectável, 500 UI/5 ml*, concedida em 12 de Junho de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3221181, e *Immunate, Pó e Solvente para Solução Injectável, 1000 UI/10 ml*, concedida em 12 de Junho de 2000, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3221280, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 9 de Outubro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro,

que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 16/2006. — A firma CIPAN — Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Misoran, Comprimido Revestido a 70 mg*, concedida em 12 de Novembro de 1973, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9378224 e 9378216, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 17 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 17/2006. — A firma Laboratório Normal — Produtos Farmacêuticos, S. A., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *Amlodipina Normal 5 mg Comprimidos*, concedida em 26 de Setembro de 2004, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 5200787, 5200886 e 5200985, e *Amlodipina Normal 5 mg Comprimidos*, concedida em 26 de Setembro de 2004, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 5201082 e 5201181, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 20 de Outubro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 18/2006. — A firma Neo-Farmacêutica, L.ª, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Thrombocid, Supositório a 0,1 mg+3 mg*, concedida em 25 de Maio de 1964, consubstanciada na autorização com o registo n.º 8102921, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 10 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 19/2006. — A firma Cangene Europe, Ltd., titular da autorização de introdução no mercado (AIM) dos medicamentos *WinRho SDF, Pó e Solvente para Solução Injectável, 600 UI*, concedida em 23 de Dezembro de 1999, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3070885, e *WinRho SDF, Pó e Solvente para Solução Injectável, 1500 UI*, concedida em 23 de Dezembro de 1999, consubstanciada na autorização com o registo n.º 3070984, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 13 de Outubro de 2005.

Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM dos medicamentos supramencionados e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro,

que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 20/2006. — A firma Almirall — Produtos Farmacêuticos, L.^{da}, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Blokium, Comprimido a 100 mg*, concedida em 28 de Setembro de 1987, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 5455282 e 8655019, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 8 de Novembro de 2005.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular o respectivo registo no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 21/2006. — A firma Laboratórios Théa, titular da autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Meralop, Comprimido Revestido, 200 mg*, concedida em 1 de Fevereiro de 1978, consubstanciada na autorização com os registos n.ºs 9470906 e 8470922, requereu ao INFARMED a revogação da mesma, conforme ofício de 4 de Outubro de 2005.

Ao abrigo da alínea *b*) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Procedimento Administrativo, o conselho de administração do INFARMED delibera revogar a AIM do medicamento supramencionado e anular os respectivos registos no INFARMED.

Mais delibera o conselho de administração do INFARMED, nos termos do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, que a presente revogação seja publicada no *Diário da República*, 2.ª série.

30 de Novembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal.

Deliberação n.º 22/2006. — Considerando que a firma GP — Genéricos Portugueses, L.^{da}, comunicou ao Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento (INFARMED) que os lotes T-17 (validade: Março de 2006), T-19 (validade: Março de 2006), T-40 (validade: Outubro de 2006), T-47 (validade: Dezembro de 2006), V-01 (validade: Fevereiro de 2007), V-61 (validade: Novembro de 2007) e X-11 (validade: Maio de 2008) do medicamento *Salbutamol Prodome, 100 µg/dose*, solução pressurizada para inalação não cumpre as especificações actualmente autorizadas;

Considerando que em Portugal o detentor de autorização de introdução no mercado (AIM) do medicamento *Salbutamol Prodome, 100 µg/dose*, solução pressurizada para inalação, é a sociedade GP — Genéricos Portugueses, L.^{da},

Considerando que a Sociedade GP — Genéricos Portugueses, L.^{da}, confirmou ao INFARMED a intenção de proceder à recolha voluntária;

Considerando que em face do exposto se verifica o não cumprimento das Boas Práticas de Fabrico, designadamente quanto a não cumprimento das especificações conforme definido em autorização de introdução do mercado, o conselho de administração do INFARMED, ao abrigo do artigo 10.º, n.º 2, alínea *i*), do Decreto-Lei n.º 495/99, de 18 de Novembro, nos termos do artigo 15.º, n.º 1.º alínea *d*), do Decreto-lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, e com fundamento nas disposições conjugadas do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 92/2005, de 7 de Junho, e do artigo 65.º, alínea *a*), do Decreto-Lei n.º 72/91, de 8 de Fevereiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 272/95, de 23 de Outubro, delibera ordenar a retirada do mercado dos lotes T-17 (validade: Março de 2006), T-19 (validade: Março de 2006), T-40 (validade: Outubro de 2006), T-47 (validade: Dezembro de 2006), V-01 (validade: Fevereiro de 2007), V-61 (validade: Novembro de 2007) e X-11 (validade: Maio de 2008) do medicamento *Salbutamol Prodome, 100 µg/dose*, solução pressurizada para inalação, cujo titular de AIM é a sociedade GP — Genéricos Portugueses, L.^{da}, bem como comunicar às entidades envolvidas no circuito de distribuição deste medicamento, a suspensão da comercialização dos referidos lotes.

A presente deliberação deve ser notificada à sociedade GP — Genéricos Portugueses, L.^{da}

14 de Dezembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco A. J. Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves da Silva*, vogal.

Rectificação n.º 6/2006. — A deliberação n.º 1228/2005, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 175, de 12 de Setembro de 2005, saiu com inexactidão.

Assim, rectifica-se que nos parágrafos onde se lê «Farmácia Sara-bando» deve ler-se «Lúcia da Conceição Alves Mota do Rio Marques».

14 de Dezembro de 2005. — O Conselho de Administração: *Vasco A. Maria*, presidente — *Hélder Mota Filipe*, vice-presidente — *Luísa Carvalho*, vice-presidente — *Emília Alves*, vogal — *Fernando Bello*, vogal.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Direcção-Geral de Formação Vocacional

Despacho n.º 206/2006 (2.ª série). — A Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, aprova o Regulamento do Processo de Acreditação das Entidades Promotoras dos Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências. A conjugação dos artigos 7.º, 8.º e 15.º constantes do anexo I daquele diploma impõe que a apreciação das candidaturas à renovação da acreditação é tomada de acordo com parecer de uma comissão constituída para o efeito, da qual podem fazer parte, a título pessoal, individualidades de reconhecida competência e idoneidade que exerçam ou tenham exercido funções ou investigação nas áreas da educação, da formação, da certificação ou do emprego.

Neste contexto, e considerando os pedidos de renovação de acreditação apresentados, importa agora nomear as individualidades que vão constituir a referida comissão.

Assim, de acordo com as competências estabelecidas no n.º 6 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 208/2002, de 17 de Outubro, é constituída a comissão prevista na Portaria n.º 1082-A/2001, de 5 de Setembro, sendo nomeadas as seguintes individualidades:

Dr.ª Maria da Conceição Proença Afonso, presidente da Comissão de Apreciação.

Dr.ª Arminda Pascoal Coutinho da Silva.

Dr.ª Maria Madalena Marques Estêvão.

21 de Dezembro de 2005. — A Presidente da Comissão Instaladora, *Alexandra Figueiredo*.

Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação

Despacho n.º 207/2006 (2.ª série). — Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 127/2000, de 6 de Julho, publica-se a classificação profissional atribuída, por meu despacho de hoje, no uso das competências próprias previstas naqueles diplomas, aos professores do ensino público a seguir indicados, que concluíram com aproveitamento, no ano lectivo de 2004-2005, o 1.º ano da profissionalização em serviço, tendo ficado dispensados do 2.º ano, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 287/88, de 19 de Agosto, com a nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 345/89, de 11 de Outubro:

Universidade de Aveiro	Classificação profissional
2.º ciclo do ensino básico	Valores
1.º — 01:	
Ana Maria Albuquerque Medeiros	14,5
06 — Educação Musical:	
Carla Alexandra de Sá Coelho	13,5
3.º ciclo do ensino básico/ensino secundário	
4.ªA — 15:	
Sofia Maria Macedo Pires Devesa	15
39 — Informática:	
Maria Clara de Oliveira Carvalho	13
Pedro Jorge Faria Miranda Pereira	13,5
João Avelino da Silva Pereira	12
Isabel Maria da Silva Alves Pereira	13
Isabel Maria Monteiro da Silva	14
António Pedro Ferreira da Silva	13
Carla Anabela Albuquerque Faria	13
Clara Maria Fernandes da Silva	14,5
Ademar da Cruz Carvalho Tavares	13,5